



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do
2 Ed. Seplag, Cambéba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao vigésimo-primeiro dia do mês
3 de novembro, do ano de dois mil e dezesseis, às 08:30h, com a presença da maioria simples dos
4 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a
5 presidência do Secretário Executivo do ConCidades-CE, Sr. Francisco das Chagas Lopes da
6 Silva. PAUTA: 1) Abertura; Aprovação da Pauta da 27ª Reunião; e Aprovação da Ata da 26ª
7 Reunião Ordinária do ConCidades/CE; 2) Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos; 3)
8 Apresentação dos Comitês; 4) Responsabilidade do Conselho das Cidades em relação à política
9 urbana; 5) Debate/apreciação de recursos para realização da 6ª Conferência Estadual das
10 Cidades; 6) Aprovação da indicação de membros para compor o Grupo de Trabalho da
11 Superintendência do Patrimônio da União (GT-SPU) e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de
12 Saneamento Básico; 7) Apresentação da Lei Complementar nº 162 / Decreto Nº 32.024, de 29
13 de agosto de 2016. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes,
14 representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares;
15 Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e
16 Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas
17 listas de frequência. O Sr. **Francisco das Chagas Lopes da Silva (Secretário Executivo do**
18 **ConCidades)** deu início à reunião submetendo aos presentes, primeiramente, a pauta do
19 encontro, esclarecendo que a apresentação da Lei Complementar nº 162, diferentemente do
20 apresentado na pauta, aconteceria dentro da reunião do Comitê de Saneamento Ambiental e
21 Saúde. Dito isto, a Secretaria Executiva do ConCidades apresentou à avaliação dos
22 conselheiros uma segunda proposta de pauta, com os mesmos pontos contemplados na pauta
23 inicial, contudo, reordenados e com os tempos destinados a sua apreciação e debate reduzidos,
24 tendo em vista que a 27ª reunião deveria ser concluída ao final do período matinal, considerando
25 ter sido autorizado somente o fornecimento de *coffee break* para aquele encontro. A nova
26 proposta de pauta, após lida, foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. Na sequência, o
27 conselheiro José Airton (Faita) pediu a palavra para colocar a seguinte questão de ordem.
28 Ressaltando que o número de conselheiros titulares e suplentes ali presentes, até aquele
29 momento, apresentava-se aquém do *quórum* regimental exigido para que pudessem deliberar
30 sobre a aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária e, ainda, enfatizando a importância da
31 realização das reuniões dos Comitês para a discussão dos temas pertinentes às áreas de
32 atuação da Secretaria das Cidades, sugeriu avançar para as reuniões dos Comitês, no decurso
33 das quais estimava-se fosse o quórum regimental para deliberações alcançado, sugestão, esta,
34 acatada por unanimidade. Verificada a presença de apenas dois dos quatro coordenadores de
35 comitês, no caso, o Sr. **Alceu Galvão**, coordenador do **Comitê de Saneamento Ambiental e**
36 **Saúde**, e o Sr. **Cyro Régis**, conselheiro e coordenador do **Comitê de Transporte e Mobilidade**
37 **Urbana**, foram realizadas somente as reuniões daqueles dois comitês, tendo os conselheiros
38 presentes, pertencentes aos outros comitês, se agregado ou ao Comitê de Saneamento ou ao
39 Comitê de Transporte, conforme seus respectivos interesses em relação àquelas áreas
40 temáticas. Concluídas as reuniões dos comitês, o Plenário do ConCidades voltou a se reunir
41 para dar continuidade da 27ª Reunião. Constatada, nessa ocasião, a existência do quórum
42 regimental, foi imediatamente submetida à avaliação do(a)s conselheiro(a)s a minuta da Ata da
43 26ª Reunião Ordinária, acompanhada da minuta da Resolução Normativa Nº 05, que constituía
44 seu Anexo Único, documentos estes que, após ajustados por solicitação dos conselheiros, para
45 inclusão do nome da conselheira Anatalice da Silva Cavalcante entre os membros indicados
46 para compor a Coordenação Executiva do ConCidades-Ce, foram aprovados por unanimidade.
47 Na sequência, o Sr Alceu Galvão e Sr. Cyro Régis apresentaram a todos, resumidamente, os



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

48 resultados da reunião de seus respectivos Comitês. O coordenador do **Comitê de Transporte e**
49 **Mobilidade Urbana, Sr. Cyro Régis**, informou aos presentes que a reunião do Comitê
50 consistira, inicialmente, na apresentação feita pelo Supervisor **Rômulo Cabral** (UGP II/Cidades),
51 sobre o estágio atual de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana dos Municípios de Aracati,
52 Coreau, Forquilha e Sobral, a cargo da IDOM Consultoria Ltda, seguida da revisão e análise dos
53 itens que compunham o Plano de Ação daquele Comitê, cuja versão ajustada constitui Anexo
54 Único desta Ata. As deliberações emanadas da reunião do Comitê de Transporte e Mobilidade
55 Urbana encontram-se registradas ao final da presente Ata. Em meio aos relatos das reuniões
56 dos comitês o **Secretário Adjunto das Cidades, Francisco Quintino**, adentrou e permaneceu
57 por alguns instantes na reunião, desculpando-se por não poder ali permanecer por mais tempo,
58 em razão de problema imprevisto que se apresentara e exigia sua presença. Após colocar-se à
59 disposição dos conselheiros para o que precisassem, pediu licença e retirou-se. Na sequência,
60 foi a vez do **Sr. Alceu Galvão**, coordenador do **Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde**,
61 que reiatou haver inicialmente contextualizado os participantes sobre a questão regulatória
62 relacionada ao setor e, em seguida, lhes apresentado a Política Estadual de Abastecimento de
63 Água e Esgotamento Sanitário (Lei Complementar nº 162 e Decreto Nº 32.024), comentando-a
64 passo a passo. Além disso, falou sobre a demanda pertinente aos Conselhos Metropolitanos e
65 de sua importância para a gestão do setor. No âmbito do Fundo Estadual de Saneamento
66 Básico-FESB, para compor o seu Conselho Gestor, nele representando o ConCidades, informou
67 que o Comitê indicara os nomes da conselheira Anatalice da Silva Cavalcante, para atuar como
68 membro titular, e do conselheiro José Ivan de Oliveira, como membro suplente. Os
69 encaminhamentos gerados pela reunião do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde
70 encontram-se registrados ao final da presente Ata. Em seguida, sugeriu, a partir do manifesto
71 interesse e forte participação dos conselheiros, ao longo da reunião, que a próxima reunião do
72 comitê fosse de um dia inteiro, se possível e com a participação da Cagece, para oportunizar
73 uma aproximação maior e um conhecimento mais profundo da atuação daquele órgão, ocasião
74 em que os conselheiros poderiam colocar à mesa os problemas existentes em suas regiões. A
75 conselheira **Gorete Fernandes (Conam)** interveio, em seguida, e acrescentou, com o objetivo
76 de valorizar os Comitês do ConCidades e fortalecê-los ainda mais, a sugestão de o(a)s
77 conselheiro(a)s, ao identificar problema(s) na sua região, formalizassem as suas demandas,
78 através de ofício dirigido à Secretaria Executiva do ConCidades, para o subsequente
79 encaminhamento ao Comitê ou outro órgão pertinente, conforme fosse o assunto tratado na
80 demanda. Ambas as sugestões apresentadas receberam o apoio de todos os conselheiros
81 presentes. No momento que se seguiu, alguns conselheiros pediram a palavra para fazer
82 registros de problemas em suas regiões: **Ana Valéria (Faceds/Aracati)** reportou a situação da
83 Estação de Tratamento de Efluentes (ETE-Aracati), que se arrasta sem solução, acarretando
84 transtornos de toda ordem à população local, e também sobre o sistema de abastecimento de
85 água via poços para atender Majorlândia, Quixaba, Córrego dos Rodrigues, etc., cuja obra se
86 encontra parada. Na sequência, foi a vez do conselheiro **Luis Nilson (UVC)** se manifestar para
87 falar do problema hídrico vivido pela população do Tabuleiro do Luna, que teve seu
88 abastecimento de água cortado pela Cagece para instalação de um novo sistema de
89 abastecimento, a partir de poços, e que até o momento estava sem funcionar, deixando a
90 população local em estado de calamidade pela falta de água. O coordenador do Comitê de
91 Saneamento, **Alceu Galvão**, após ouvi-los e contactar a Cagece para inteirar-se sobre aquelas
92 questões, repassou-lhes algumas informações que acabara de obter do Sr. Tancredo (Cagece),
93 comprometendo-se, por fim, a obter informações mais detalhadas sobre aquelas questões e,
94 posteriormente, repassá-las àqueles conselheiros. Em seguida, o conselheiro **Luis Nilson**, sobre
95 o Tabuleiro do Luna, enfatizou a urgência em se resolver o problema da energização, haja vista a
96 situação crítica em que se encontrava a população local. Neste sentido, requeria que Cagece
97 adotasse uma medida emergencial para dar sustentação hídrica àquela população, enquanto o



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

98 problema da falta de energização dos poços persistisse. Na sequência, o conselheiro José
99 **Airton** corroborou com a colocação do conselheiro Nilson, em relação a Tabuleiro do Luna,
100 acrescentando que, se a proposta inicial tinha sido uma adutora da Cagece, este órgão deveria
101 ter conversado previamente com a comunidade sobre a forma como isso se daria. Nesse
102 sentido, demandou ao Conselho que enviasse ofício à Secretaria do Desenvolvimento Agrário-
103 SDA/Programa Água para Todos, solicitando um balanço dos projetos contemplados com
104 recursos daquele Programa, em especial os executados que ainda estão sem a água. Em
105 seguida, o Sr. **Alceu Galvão** pediu licença para retirar-se, colocando-se à disposição do
106 ConCidades para realizar a próxima reunião do Comitê na segunda quinzena de Janeiro ou
107 primeira quinzena de Fevereiro de 2017 e deixando a Sra. **Marcella Facó**, da Coordenadoria de
108 Saneamento Ambiental e Saúde, responsável por acompanhar a reunião até o seu
109 encerramento. Ainda sobre a questão hídrica, a conselheira **Ana Valéria** pediu a palavra para
110 registrar que apesar de a Lei 9.433, estabelecer, em caso de escassez, que o uso prioritário dos
111 recursos hídricos deva ser o consumo humano e a dessedentação de animais, parte da água do
112 Castanhão que deveria abastecer a região do Jaguaribe estava sendo desviada para a usina do
113 Pecém, enquanto comunidades, no Vale do Jaguaribe, sofriam com a seca, contrariando
114 frontalmente aquele dispositivo legal. Neste sentido, registrava um alerta para que fosse feita a
115 perenização do rio Jaguaribe, haja vista o grande número de barragens já totalmente secas. Na
116 sequência, o conselheiro **José Lino (Defensoria Pública Estadual)** pediu espaço para informar
117 que fora procurado, há aproximadamente 40 dias, por uma comunidade do município de
118 Amontada, que lhe reclamara sobre a instalação de usinas eólicas naquela região (entre a praia
119 da Baleia e a de Icaraizinho), com possibilidade de grande impacto ambiental e social. Durante a
120 construção da usina seriam retirados do solo da região cerca de 110 a 120 mil litros de água por
121 dia, o que levaria ao rebaixamento do lençol freático e, posteriormente, à seca, com todas as
122 suas consequências. Além dos impactos ambientais, portanto, a retirada de toda aquela água
123 causaria transtornos incalculáveis. Ainda de acordo com os reclamantes, além daquela, estava
124 projetada a construção de mais cinco usinas na região, algumas passando por áreas de reserva
125 de povos indígenas. Feito o relato, o conselheiro José Lino disse que trazia aquele assunto ao
126 conhecimento do ConCidades porque, confirmada a sua procedência, aquela constituiria uma
127 das mais graves reclamações recebidas na Defensoria Pública, nos últimos tempos. O
128 conselheiro José Lino, já atendendo à sugestão apresentada pela conselheira Gorete,
129 comprometeu-se a fazer um relatório sobre o problema apresentado e a enviá-lo à Secretaria
130 das Cidades, solicitando que o ConCidades o encaminhasse ao Conselho do Meio Ambiente-
131 COEMA para posicionamento daquele órgão sobre o assunto, de vez que envolve também a
132 Semace, no âmbito da concessão das licenças. Em seguida, avançou-se ao próximo ponto de
133 pauta, ou seja, a aprovação da indicação de membros para compor o GT-SPU e o Conselho
134 Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB. Relativamente ao **GT-SPU**, foi
135 indicado o nome da conselheira **Maria Gorete Fernandes (Conam)**, para atuar como titular, e da
136 conselheira **Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa (Cearah Periferia)**, para atuar como
137 suplente. Quanto ao **Conselho Gestor do FESB**, foram indicados os nomes da **conselheira**
138 **Anatalice da Silva Cavalcante (Cedeca/Itaitinga)**, para atuar como membro titular, e do
139 conselheiro **José Ivan de Oliveira (Ass. Iarense dos Amigos da Infância)**, como membro
140 suplente. Encerrado esse tópico e restando, ainda, dois pontos de pauta a serem tratados, a
141 conselheira Gorete sugeriu a aglutinação dos dois pontos, pela intrínseca relação que
142 guardavam entre si, sugestão acatada por todos. A conselheira Gorete deu início à sua fala
143 lembrando aos conselheiros da razão de existir do ConCidades e do importante papel que cada
144 uma das instituições ali representadas exerce naquele contexto. Neste sentido, conclamou os
145 conselheiros a assumirem a responsabilidade que lhes fora delegada pelas
146 instituições/entidades que representavam e a participarem efetivamente das reuniões do
147 Conselho e dos seus respectivos Comitês, contribuindo positivamente nas discussões sobre os



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

148 assuntos ali tratados. No âmbito da 6ª Conferência Estadual das Cidades, após lembrar que
149 somente 60(sessenta) municípios cearenses haviam realizado suas conferências, lamentou a
150 fraca participação dos conselheiros da Comissão Preparatória nas reuniões para avaliação e
151 validação das conferências municipais; registrou a falta de apoio logístico da Secretaria das
152 Cidades aos conselheiros naquele processo; e ressaltou que aquele fraco desempenho
153 constituía sinalizador inequívoco do descaso dos próprios conselheiros e do governo estadual
154 com a realização da Conferência Estadual das Cidades. Reportou, ainda, aos presentes, que
155 após a última reunião da Comissão Preparatória os conselheiros presentes ao encontro
156 dirigiram-se ao gabinete do Secretário Adjunto para manifestar sua preocupação com a
157 realização da Conferência Estadual, tendo ouvido daquele gestor que não havia recurso
158 orçamentário para a realização da conferência. Assim, manifestava a sua preocupação não só
159 em relação à manutenção do próprio ConCidades, mas, também, com a possibilidade de não vir
160 a se concretizar a realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades. Na sequência, vários
161 conselheiros e conselheiras usaram da palavra para corroborar as pertinentes colocações feitas
162 pela Sra. Gorete. Em seguida, Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades, após
163 manifestar sua concordância com o que acabara de ser colocado, esclareceu que tudo quanto
164 dependia da Sexec/ConCidades havia sido feito tempestivamente, entre outras coisas, inclusão
165 da manutenção do ConCidades na programação do PPA, garantindo que, a cada ano, houvesse
166 recurso para a manutenção do Conselho; inclusão no MAPP; inclusão no orçamento; realização
167 das viagens ao interior para apoiar os Seminários Regionais. Por fim, colocou que o ConCidades
168 ainda se mantinha vivo porque havia pessoas que acreditavam na importância do que vinha
169 sendo feito. No âmbito da 6ª Conferência Estadual das Cidades, lembrou que uma de suas
170 finalidades era eleger as entidades estaduais que comporiam o ConCidades, para o período
171 mar/2017 a fev/2020, correspondente ao triênio 2017-2019. Neste sentido, alertou que, na
172 perspectiva da não realização da conferência estadual, deveria ser avaliado e definido de que
173 forma aquele processo poderia vir a acontecer. Em seguida, a conselheira Firmiana Siebra
174 (URCA) pediu a palavra para ressaltar a importância que a Universidade Regional do Cariri
175 creditava ao ConCidades, na medida em que, considerando as limitações físicas da conselheira
176 e as limitações logísticas do governo estadual, o qual disponibilizava somente passagens
177 terrestres para o deslocamento dos conselheiros, não hesitava em fornecer passagens aéreas e
178 diárias para a sua representante participar das reuniões do Conselho. Acrescentou, ainda, que
179 lamentava a ausência da gestão superior da Secretaria das Cidades não só nas reuniões do
180 ConCidades, particularmente nos últimos dois anos, mas, também, na região do Cariri, onde, via
181 de regra, vinha se limitando a participar de momentos solenes. Relativamente à possibilidade de
182 as conferências (Estadual e/ou Nacional) não virem a se realizar, sugeria fosse feita uma
183 consulta jurídica que orientasse o ConCidades a como proceder relativamente à eleição de seus
184 membros, de forma a não comprometer a continuidade de suas atividades. Por fim, parabenizou
185 a Sexec/ConCidades que não media esforços para manter o Conselho vivo. Na sequência, a
186 conselheira Gorete pediu a palavra para sugerir que os conselheiros formassem uma comissão
187 para se dirigir ao governador do Estado, com a finalidade de tratar da 6ª Conferência Estadual. O
188 conselheiro José Sousa (Fesec/Sobral) interveio e sugeriu fosse elaborado um ofício solicitando
189 audiência com o Governador Camilo Santana para tratar da 6ª Conferência Estadual das
190 Cidades, ressaltando-se, no corpo do documento, que da audiência participariam, inclusive,
191 conselheiros oriundos do interior do Estado, razão porque a data marcada deveria observar
192 tempo mínimo de antecedência, suficiente para mobilizar os conselheiros à participação no
193 encontro. O conselheiro José de Sousa pediu, ainda, que fosse enviada cópia do documento à
194 Vice-Governadora, junto a qual envidaria esforços no sentido de fortalecer a solicitação. Feitas
195 todas essas colocações e nada mais havendo a tratar, a 27ª Reunião Ordinária do ConCidades
196 foi dada por encerrada, dela resultando os seguintes encaminhamentos aprovados pelo Plenário:



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

197 Coordenadoria do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana / UGP II: – pedir que a
198 Sexec/ConCidades encaminhe solicitação à Unidade de Gerência-UGPII, no sentido de colher
199 junto aos Prefeitos dos Municípios que elaboram Planos de Mobilidade Urbana quais as medidas
200 tomadas em relação à formação dos grupos locais de acompanhamento dos planos; – indicar,
201 através de Resolução do ConCidades, a Conselheira Ana Valéria de Oliveira (Aracati) e demais
202 conselheiros dos municípios que elaboram Planos de Mobilidade Urbana
203 (Coreaú/Forquilha/Sobral) a integrem os grupos locais de elaboração dos citados planos; –
204 solicitar à Sexec/ConCidades que promova a apresentação dos conselheiros Firmiana Fonseca
205 e Cícero Ricardo Pereira à Unidade de Gerenciamento(UGPI) para acompanharem o processo
206 de planejamento e elaboração do Plano Regional do Cariri; b) Coordenadoria do Comitê de
207 Saneamento Ambiental e Saúde: – realizar a próxima reunião do Comitê em período integral
208 (manhã e tarde) e, se possível, com a participação da Cagece; – realizar reunião e visita a
209 Itaitinga para tratar sobre destinação dos resíduos dos Presídios; – realizar visita para verificação
210 do esgotamento sanitário do bairro Dias Macedo / Rua Primeiro de Maio; c) Sexec/ConCidades:
211 – elaborar e enviar ofício à Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA/Programa Água para
212 Todos, solicitando o balanço dos projetos contemplados com recursos do Programa, em especial
213 os executados que ainda estejam sem a água; – formalizar solicitação à Unidade de Gerência-
214 UGP II, no sentido de colher junto aos Prefeitos dos Municípios que elaboram Planos de
215 Mobilidade Urbana quais as medidas tomadas em relação à formação dos grupos locais de
216 acompanhamento desses planos; – elaborar Resolução Administrativa indicando a conselheira
217 Ana Valéria de Oliveira (Faceds/Aracati) e José da Silva Sousa (Fesec/Sobral) para integrem
218 os grupos de acompanhamento local de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana de Aracati
219 e Sobral, respectivamente; – promover a apresentação dos conselheiros Firmiana Fonseca e
220 Cícero Ricardo Pereira à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP I), para acompanharem o
221 andamento do processo de planejamento e elaboração do Plano Regional do Cariri; – após
222 decisão Conselho Nacional sobre realização da Conferência Nacional, elaborar ofício da
223 Coordenação Executiva do Conselho ao Governo do Estado, solicitando audiência para tratar da
224 manutenção do ConCidades e realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades; d)
225 Conselheiros e Conselheiras – formalizar as demandas apresentadas na 27ª reunião, através de
226 ofício dirigido à Secretaria Executiva do ConCidades, para subsequente encaminhamento ao
227 Comitê ou órgão pertinente, conforme assunto tratado na demanda.



Francisco Quintino Vieira Neto
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades/CE

ANEXO ÚNICO DA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCIDADES, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ
COMITÊ DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA

Plano de Ação das Iniciativas

Plano de Ação

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
1 - Revisão do "Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações, 2009" realizado pela SEINFRA em parceria com a ASTEF/UFC	Promovendo o convênio com a ASTEF/UFA visando à revisão/atualização.	Porque foi elaborado em 2009 e se faz necessário uma revisão visando a sua atualização. Esse guia reúne as normas e legislação de acessibilidades no âmbito federal, estadual e municipal.	Cabe a SEINFRA elaborar a licitação e o acompanhamento.	2017	A iniciar
2- IPTU calçadas acessíveis: incentivo/isenção	Consultar e propor às secretarias de finanças dos municípios e do estado reexame com incentivo/isenção	Porque ao propor à sociedade que adaptem suas calçadas às normas de acessibilidade por meio de incentivo/isenção no IPTU do ano seguinte ao atestado, o cidadão se sentirá estimulado.	CONCIDADES/APRECE/ PREFEITURA- SECRETARIAS	2017	A iniciar
3 - Prêmio calçada acessível	Dentre as calçadas acessíveis comprovadas, elaborar um concurso para premiar a que atendeu aos critérios elaborados para a premiação.	Para estimular a sociedade a adaptar/construir as calçadas de forma acessível.	CONCIDADES/APRECE/ PREFEITURA- SECRETARIAS	2017	A iniciar

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
4- Intervenções nos sistemas viários básicos dos municípios de acordo com os planos diretores físico e de transporte e mobilidade urbana.	Ao propor qualquer intervenção no sistema viário, a equipe de cada município deverá consultar as diretrizes contidas nos planos diretores físico e de transporte e mobilidade urbana local.	Para evitar inconformidades e incompatibilidades com os planos diretores físico e de transporte e mobilidade; e também evitar sobreposições de ações.	Governo Federal/Ministério das Cidades/ Governo Estadual/ Prefeituras Municipais e suas Secretarias.	2015	Em curso no Município de Fortaleza
5- Implantar faixas e vias exclusivas para ônibus	Segundo as determinações do Plano de Transportes e Mobilidade Urbana	O Plano contém a ordem de prioridade das faixas e vias exclusivas	Prefeituras municipais/Órgãos de transporte e trânsito	2015	Em curso no Município de Fortaleza
6 – Elaborar o Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da Região Metropolitana do Cariri	Através de Convênio de Cooperação das Prefeituras do Cariri/Universidade/ Associações de Classe/ Associações Comunitárias/Câmaras Municipais	Com a participação citada se obtém o envolvimento, validação e aprovação do Estudo	Prefeituras municipais da RM do Cariri.	2017	A iniciar
7 – Implementar o Estudo de Integração Intermodal do Transporte Público da RM de Fortaleza	Segundo a prioridade das propostas estabelecidas pelo Estudo	Com a operação do Metrofor/Linha Sul, se faz necessário integrar metrô,ônibus urbano/metropolitano e topics.	Secretaria das Cidades/Detran/Metrofor e prefeituras da Região Metropolitana	2016	Iniciada

O QUE	COMO	POR QUE	QUEM	QUANDO	STATUS
8 – Sensibilizar os gestores para elaboração e conscientização da população para a participação e elaboração dos planos de mobilidade	Despertar gestores e população para a importância e cumprimento da Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), através de seminários	Os municípios necessitam de intervenções que resultem de um planejamento (Planos de Mobilidade)	Governo nas suas três esferas e sociedade civil	2016	Iniciada
9 – Elaboração dos Planos de Transporte e Mobilidade Urbana dos municípios dos pólos do Vale do Jaguaribe (Aracati) e Acaraú (Sobral, Coreaú e Forquilha), coordenados pela Secretaria das Cidades	Realizar a licitação, com objetivo de contratar empresas de consultoria para elaborar os planos	Cumprir os procedimentos legais do Governo do Estado, órgãos de financiamento externo e prefeituras dos municípios	Governo nas suas três esferas e sociedade civil	2016	Iniciada
10 – Seminário de sensibilização para a política e plano de transporte e mobilidade urbana	Programar junto a SEMOB/Ministério das Cidades a realização do seminário	A SEMOB/Ministério das Cidades deve apresentar a Política Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana	ConCidades/SEMOB - Ministério das Cidades	2015	Realizada